

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 164.998 - SP (2019/0099430-6)

RELATOR : **MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
SUSCITANTE : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
SUSCITADO : **TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A REGIÃO**
INTERES. : **LEONORA BARDELA FERREIRA**
ADVOGADO : **ADALBERTO GUERRA - SP223250**
INTERES. : **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

DECISÃO

Trata-se de Conflito de Competência suscitado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo nos autos de demanda previdenciária em que se requer a concessão de benefício por incapacidade.

Da narrativa do suscitante, depreende-se que a lide originária não possuía argumentação de natureza acidentária, mas suscitante:

No entanto, atento à causa de pedir e ao pedido lançado na inicial, vejo que a pretensão narrada na exordial ateu-se à pretensão de obter auxílio previdenciário (índole previdenciária), e não de acidente de trabalho propriamente dito, tanto que propôs a demanda naquela Justiça Federal.

Pois bem.

Compulsando os autos, observo que a matéria trazida à discussão na peça exordial realmente se ateu à matéria previdenciária.

Observo que o obreiro esteve em gozo de benefício previdenciário NB 31/543193371-6 no ano de 2010 (fls. 23).

Destaque-se, também, que de cópia de sua CTPS juntada aos autos (fls. 21/22), o último vínculo trabalhista data de 01/02/1991 a 01/02/1996 (fls.

22), sendo que conforme informes do CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais realmente o último vínculo trabalhista ocorreu nesta data, sendo que desde então, na condição de autônomo, tem recolhido contribuição facultativa (fls. 93).

A despeito do decreto de improcedência absoluta da Justiça Federal para apreciar a matéria, verifico que, no caso, a competência não pode ser atribuída a esta Justiça Comum Estadual.

Com efeito, como dito anteriormente, a pretensão inicial da demanda se baseia na existência de lesões múltiplas nos membros superiores, além de problema arterial e intolerância a glicose, apenas, sem atrelar a moléstia a qualquer evento infortúnio relacionado ao trabalho, repito.

De outro modo não poderia ter sido outro seu caminho. Ora, ratifica-se esta clara natureza previdenciária o programa de benefícios previdenciários.

Saliente-se que a simples caracterização dada pelo perito

de supostos motivos que teriam desencadeado a lesão em decorrência de acidente de trabalho não seria elemento hábil a alterar a causa de pedir e/ou o pedido exposto na petição inicial.

Recebo o conflito.

Nos termos do art. 197 do RISTJ, abra-se a oportunidade de ambas as partes conflitantes se manifestarem no prazo de 10 (dez) dias.

Após, com ou sem manifestação, ao Ministério Público Federal para Parecer (art. 198 do RISTJ).

Após, voltem-me conclusos.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 15 de abril de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator

